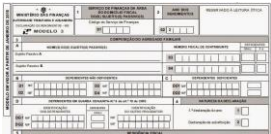



1911

Licenciatura de Economia, Finanças, Gestão e MAEG


Fiscalidade – Módulo 6

outubro de 2019

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

1




1911

PROGRAMA

- 1 Introdução. Enquadramento disciplinar da fiscalidade. Importância da fiscalidade
- 2 O imposto
- 3 Direito fiscal
- 4 A fiscalidade, a economia e a gestão
- 5 O sistema fiscal português
- 6 Imposto sobre o rendimentos das pessoas singulares (IRS)**
- 7 Imposto sobre o rendimentos das pessoas coletivas (IRC)
- 8 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)
- 9 Contribuições para a Segurança Social

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

2



1911

Enquadramento

O Código do IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares


- Princípios gerais da Lei 106/88:
 - Equidade
 - Eficiência
 - Simplicidade

A Constituição da República Portuguesa consagra no artº 103º:

- Satisfação das necessidades financeiras do Estado
- Repartição justa dos rendimentos e da riqueza
- Ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não hajam sido criados nos termos da Constituição, que tenham natureza retroactiva ou cuja liquidação o cobrança se não façam nos termos da lei

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 3

3



1911

Enquadramento


O artº 104º da CRP enumera:

- Impostos sobre o rendimento (nº 1 e nº 2)
- Impostos sobre o património (nº 3)
- Impostos sobre o consumo (nº 4)

- Diminuição das desigualdades com imposto único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar
- O esquema de progressividade justifica-se pela necessidade de corrigir, através do sistema fiscal, a distribuição do rendimento

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 4

4



Enquadramento

O CIRS


- Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro
- Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro
- Normas transitórias
- Preâmbulo

Grandes linhas da reforma (ver Preâmbulo do CIRS)

- Simplificação
 - Abolição de impostos cedulares + complementar
 - Unicidade na declaração de rendimentos
- **Conceito de rendimento tributável:** rendimento-produto vs rendimento-acrécimo
- Tributação pelo sistema de *quociente familiar* (antigo conjugal)
- Ampliação dos sistema de retenção na fonte
- Adoção do sistema de pagamentos por conta

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

5




Enquadramento

Impostos abolidos:

- Imposto profissional
- Imposto de capitais
- Contribuição industrial
- Contribuição predial
- Imposto sobre indústria agrícola
- Imposto de mais-valias
- Imposto complementar
- Imposto de selo – verba 134
- Artº 3º do Decreto-Lei nº 442-A/88 de 30 de Novembro

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

6




Enquadramento

Normas transitórias (artº 5º do DL 442-A/88 de 30/11)

IMPOSTO DE MAIS-VALIAS Até 31-12-1988	→	I. R. S. Após 01-01-1989
GANHOS NÃO SUJEITOS Prédio rústico	→	GANHOS NÃO SUJEITOS Venda prédio rústico adquirido antes de 1989
GANHOS SUJEITOS Terreno p/ Construção	→	GANHOS SUJEITOS Venda Terreno p/ Construção adquirido antes de 1989

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 7

7



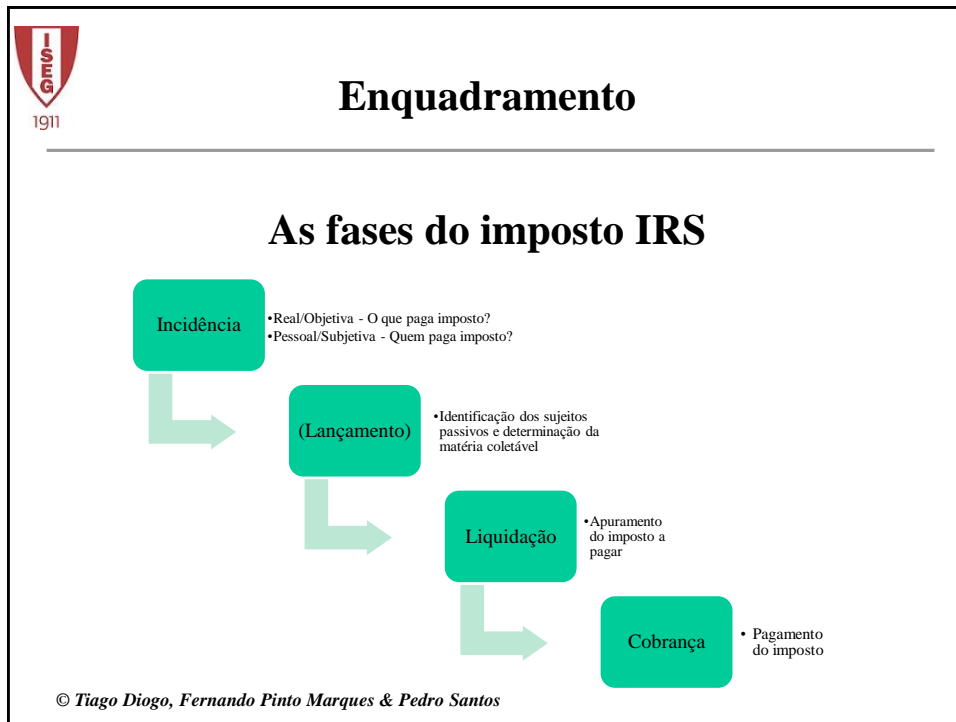
Enquadramento

O IRS classifica-se como um imposto:

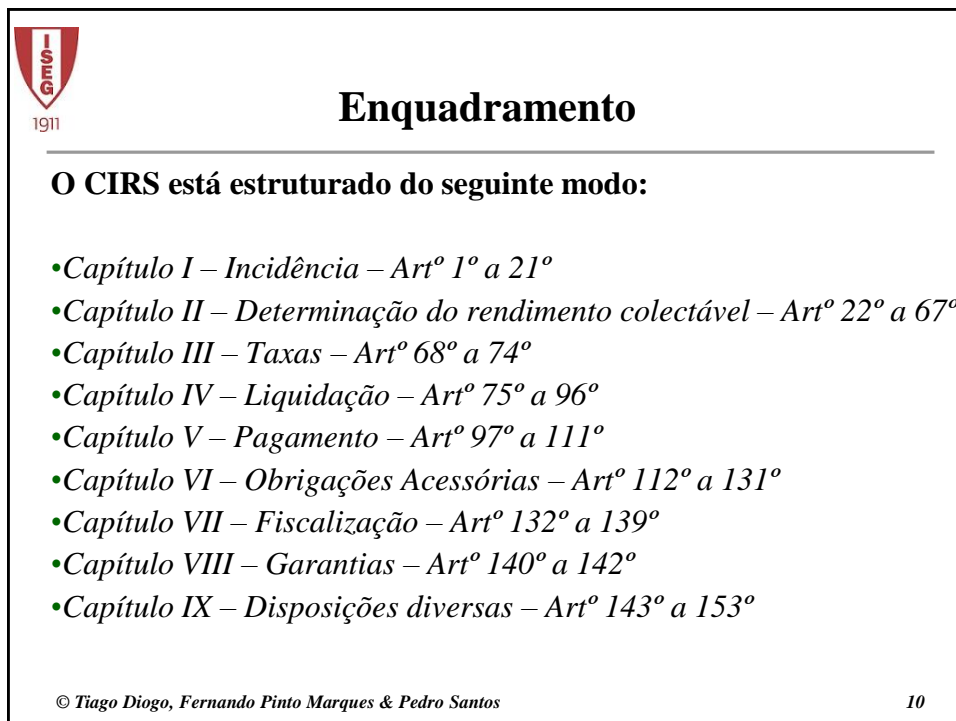
IRS	Estadual/Nacional	O credor do imposto é o Estado
	Periódico	A situação tributária de uma pessoa física prolonga-se no tempo
	Direto	Incide sobre as manifestações diretas/imediatas da capacidade contributiva
	Único	Incide sobre os rendimentos de cada categoria, reunindo num todo, através do englobamento, o rendimento a tributar
	Principal	Goza de autonomia, existindo por si só
	Sobre o rendimento	A base de incidência do imposto é o rendimento auferido (rendimento-produto) e os incrementos patrimoniais (rendimento-acrécimo)
	Pessoal/Subjetivo	Atende à situação e características de cada agregado familiar
	Heteroliquidável	A liquidação é realizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira
	Avaliação direta	Tem em consideração o valor real do rendimento para a determinação do rendimento tributável
	De quotidade	São aplicadas taxas em conforme com o tipo de rendimento (e.g. taxas gerais, liberatórias ou especiais)
Quota variável	São aplicadas as taxas gerais, sujeitas a um regime de progressividade por escalões	

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 8

8



9



10




1911

Por onde começar ?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 11

11



1911

Incidência Pessoal

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 12

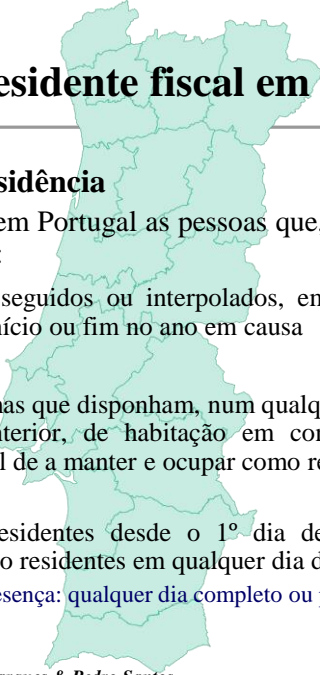

12



Residência Fiscal

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 13

13



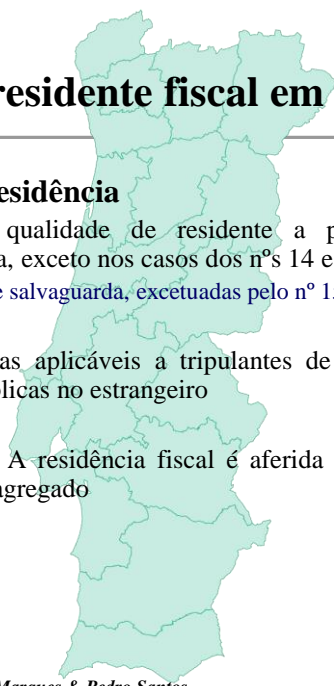
Quem é residente fiscal em Portugal?


Artº 16º CIRS - Residência

- São residentes em Portugal as pessoas que, no ano a que respeitam os rendimentos:
 - > 183 dias, seguidos ou interpolados, em qualquer período de 12 meses com início ou fim no ano em causa
 - < 183 dias, mas que disponham, num qualquer dia do período referido na alínea anterior, de habitação em condições que façam supor intenção atual de a manter e ocupar como residência habitual
 - Tornam-se residentes desde o 1º dia de presença, salvo quando tenham aí sido residentes em qualquer dia do ano anterior
 - Dia de presença: qualquer dia completo ou parcial, que inclua dormida

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 14

14



 1911

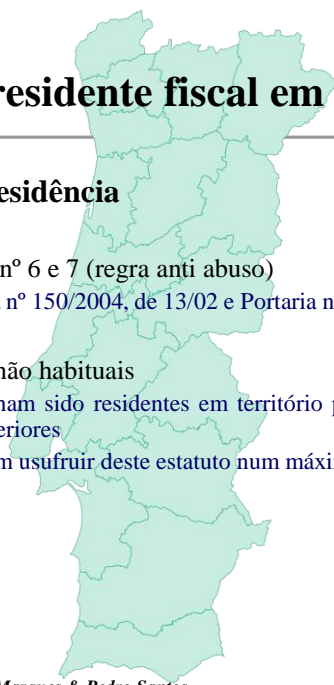
Quem é residente fiscal em Portugal?


Artº 16º CIRS - Residência

- Perdem a qualidade de residente a partir do último dia de permanência, exceto nos casos dos nºs 14 e 16
 - regras de salvaguarda, excetuadas pelo nº 15
- Outras regras aplicáveis a tripulantes de navios e a quem exerça funções públicas no estrangeiro
- **Importante:** A residência fiscal é aferida em relação a cada sujeito passivo do agregado

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 15

15



 1911


Quem é residente fiscal em Portugal?

Artº 16º CIRS - Residência

- Essencial:
 - Atenção ao nº 6 e 7 (regra anti abuso)
 - (Portaria nº 150/2004, de 13/02 e Portaria nº 292/2011, de 8/11)
 - Residentes não habituais
 - Não tenham sido residentes em território português em qualquer dos 5 anos anteriores
 - Só podem usufruir deste estatuto num máximo de 10 anos consecutivos

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 16

16




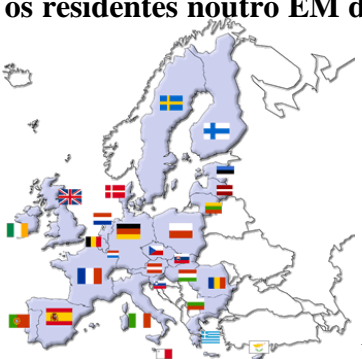
Quem é residente fiscal em Portugal?

Artigo 16º Residência

Artº 17º Residência em RA

Artigo 17º-A Regime opcional para os residentes noutra EM da UE ou do EEU






© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

17

17



Acordo Dupla Tributação (ADT)


Mas se existir um ADT:

- Analisar a possibilidade de um conflito de residências
- Ponto de partida:
 - Lei interna de cada Estado
 - ADT é aplicável se o sujeito passivo for residente ao abrigo da lei interna de um/ambos os Estados contratantes - Ex: Artº 1º ADT (Portugal/EUA)
- Se residente ao abrigo de ambas as leis internas:
 - *Tie-breaker clause* do ADT - Ex: Artº 4º ADT (Portugal/EUA)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

18

18




1911

Tie-breaker clause

- Residente no Estado onde tem habitação permanente
 - ❖ Se tem habitação permanente nos dois Estados
 - ❖ Residente no Estado onde tiver o seu centro de interesses vitais
(ligações pessoais e económicas)
 - ❖ Se o centro de interesses vitais for indeterminável ou se situar em ambos os Estados
 - ❖ Residente no Estado onde permanece habitualmente
 - ❖ Se permanece habitualmente nos dois Estados
 - ❖ Residente no Estado de onde for nacional
 - ❖ Se nacional dos dois Estados
 - ❖ resolução de comum acordo entre os Estados envolvidos

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 19

19




1911

CIRS

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 20

20



Como são tributados os sujeitos passivos?

Artº 15º CIRS


- **Residentes:**
 - Totalidade do rendimento mundial
 - Princípio da universalidade ou da residência:
 - Os sujeitos passivos residentes em território português estão sujeitos a imposto sobre a totalidade dos rendimentos, quer sejam obtidos em Portugal ou não
- **Não residentes:**
 - Rendimentos auferidos em Portugal
 - Princípio da territorialidade
 - Os não residentes apenas estão sujeitos a imposto relativamente aos rendimentos obtidos em Portugal (obrigação real e limitada de imposto)
 - Ver ainda o artº 13º nº 1 CIRS

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

21

21


I.R.S.: PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ARTIGOS 15º - 18º)



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

22

22



Rendimentos obtidos em Portugal


Artº 18º CIRS

- Mais importante:
 - Rendimento do trabalho dependente:
 - Trabalho exercido em Portugal
 - Rendimento pago por entidade com residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Portugal
 - Para os membros de órgãos estatutários - sempre que o rendimento seja devido por entidade com sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Portugal
 - Ver artº 5º CIRC

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

23

23



Rendimentos obtidos em Portugal

Artº 18º CIRS

- Mais importante:
 - Rendimentos empresariais ou profissionais:
 - Imputáveis a estabelecimento estável em Portugal
 - Outras prestações de serviços, realizadas ou utilizadas em Portugal, desde que devidos por entidade com residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Portugal
 - Excepto:
 - » Serviços de transporte, telecomunicações e actividades financeiras

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

24

24




1911

Agregado Familiar

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

25

25



1911

Situação Pessoal


Elemento essencial, para a tributação de residentes:

- A família é como uma unidade tributária – artº 104º CRP e artº 13º nº 3 e 59º nº 2 CIRS
- União de facto – artº 14º CIRS
- Englobamento – artº 22º CIRS
- Quociente familiar – artº 69º CIRS
 - Divisão do rendimento colectável pelo QF
 - Aplicação da taxa e
 - Multiplicação por QF do resultado obtido, por forma a obter a colecta do IRS
- Deduções à coleta – artº 78º CIRS
- Importância da situação familiar e do número de dependentes

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

26


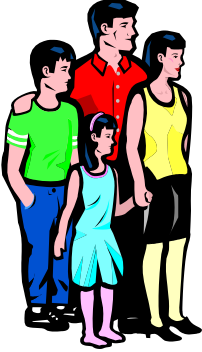
26



Agregado Familiar (13º nº 4)


O agregado familiar é constituído por:

- Cônjuges não separados judicialmente ou unidos de facto, e seus dependentes
- Cada um dos cônjuges e seus dependentes respetivamente
- Pai ou mãe solteiros e seus dependentes
- Adoptante solteiro e seus dependentes

© Tiago Diogo, I 27


27



Dependentes (13º nº 5)


Consideram-se dependentes, desde que devidamente identificados pelo NIF na declaração de rendimentos:

- Filhos, adotados e enteados, menores sob tutela, menores não emancipados
- Se maiores
 - não tenham mais de 25 anos
 - nem tenham auferido rendimentos anuais > a 14 RMMG
- Filhos, adotados, enteados e os sujeitos a tutela, maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência
- Afilhados civis



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 28

28



Dependentes (13º nº 6)

- A tributação dos dependentes no âmbito do agregado familiar é:

	Até 16 anos	Mais de 16 anos e menos de 18	Mais de 18 anos
Obrigatória	X	X (1)	
Facultativa		X (2) (3) (4)	X


Notas:

- (1) Se auferir rendimentos que não administra
- (2) Se auferir rendimentos que administra
- (3) Ver art.º 127.º n.º 1 do Código Civil relativamente a rendimentos do trabalho
- (4) Ver art.º 132.º do Código Civil relativamente a menores casados. Com a emancipação deixam de fazer parte do agregado familiar

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos



29

29



Dependentes (13º nº 7 e nº 8)


- Não podem, simultaneamente, fazer parte de mais de um agregado familiar nem, integrando um agregado familiar, ser considerados sujeitos passivos autónomos
 - Sem prejuízo do disposto no nº 8 do artº 22º, no nº 1 do artº 59º e nos nºs 9 e 10 do artº 78º
- A situação familiar dos sujeitos passivos relevante para efeitos de tributação é aquela que se verificar no último dia do ano a que o imposto refere

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos


30

30



Dependentes (13º n.ºs 9 a 11)


- Responsabilidades parentais exercidas em comum por + do que 1 SP, sem que estes estejam integrados no mesmo agregado familiar, os dependentes são considerados como integrando:
 - a) A que corresponder a residência determinada no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais
 - b) Com o qual o dependente tenha identidade de domicílio fiscal a 31/12, quando, no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais, não tiver sido determinada a sua residência ou não seja possível apurar a sua residência habitual
- Dependentes podem ser incluídos nas declarações de ambos os SPSs para efeitos de imputação de rendimentos e de deduções
 - Devem ser disponibilizados a cada SP os meios de acesso à área reservada dos respetivos dependentes no Portal das Finanças



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

31


31



Outras pessoas

Não fazem parte do agregado familiar mas relevam para efeitos fiscais (São admitidas deduções à coleta)

- Ascendentes
 - Artigos do CIRS
 - Artº 78º-A
 - Artº 84º
 - Artº 87º
- Colaterais até ao 3º grau do sujeito passivo
 - Artigos do CIRS
 - Artº 84º




```

graph TD
    Avô[Avô] --- Tio[Tio]
    Avô --- Pai[Pai]
    Pai --- SP[Sujeito Passivo]
    Pai --- Irmão[Irmão]
    Irmão --- Sobrinho[Sobrinho]
          
```

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

32

32



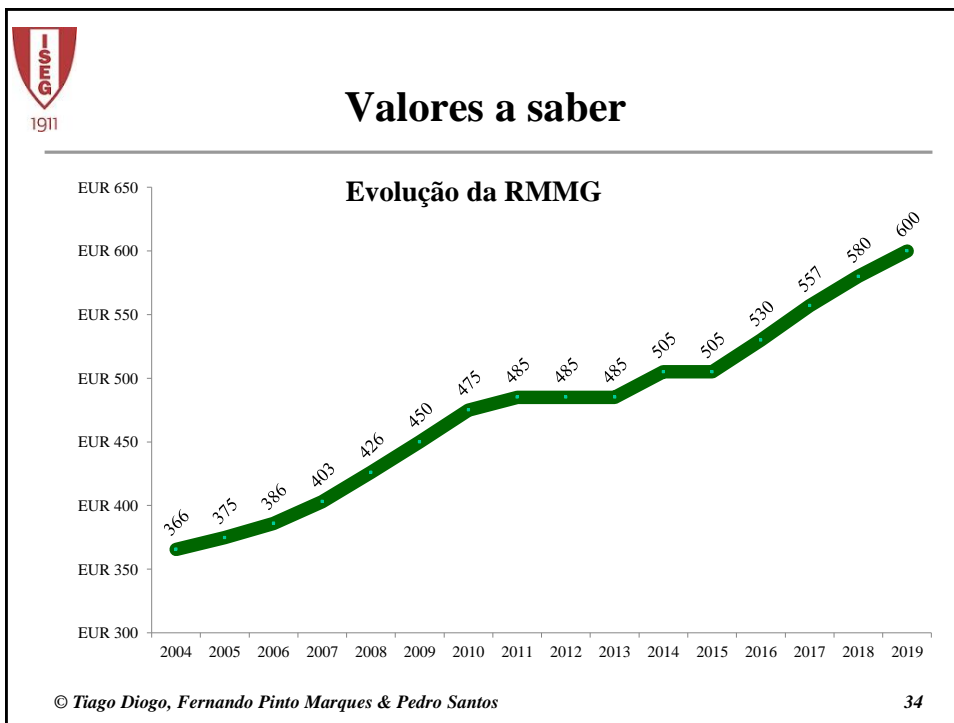
Valores a saber

- **Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG)**
 - Valor mensal = € 600 (€ 615 na RAM e € 630 na RAA)
 - Valor anual = Valor mensal × 14 = € 8.400
 - Ver DL n.º 117/2018 de 27 de dezembro
- **Indexante de Apoios Sociais (IAS)**
 - Valor mensal = € 435,76
 - Valor anual = Valor mensal × 12 = € 5.229,12
 - Ver Portaria n.º 24/2019, de 17 de janeiro
- **Pensão Mínima do Regime Geral (PMRG)**
 - Valor mensal = € 273,39
 - Valor anual = Valor mensal × 14 = € 3.827,46
 - Ver Portaria n.º 25/2019, de 17 de janeiro


© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

33

33



34




Falecimento de um titular de rendimentos

Falecimento de um titular de rendimentos
Artº 63º e artº 64º

Interrupção da sociedade conjugal/Separação de facto
Artº 59º e artº 63º

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 35

35




Incidência pessoal

Situações especiais:

- Contitularidade de rendimentos
 - Artº 19º CIRS
- Imputação especial
 - Artº 20º CIRS
 - Artº 6º CIRC
- Substituição tributária
 - Artº 21º CIRS
 - Artº 103º CIRS
 - Artº 28º LGT

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 36

36



1911


Incidência Real

e

Deduções Específicas

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 37

37



1911


Incidência Real – artº 1º a artº 12º

O IRS incide sobre o valor global dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de actos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos, durante 1 ano civil (artº 1º nº 1 do CIRS e artº 143º do CIRS):

- Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente (artº 2º do CIRS)
- Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (artº 3º do CIRS)
- Categoria E – Rendimentos de capitais (artº 5º do CIRS)
- Categoria F – Rendimentos prediais (artº 8º do CIRS)
- Categoria G – Incrementos patrimoniais (artº 9º do CIRS)
- Categoria H – Pensões (artº 11º do CIRS)

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 38

38



Incidência Real – artº 1º a artº 12º

O CIRS sujeita a tributação os rendimentos em:


- Dinheiro
- Espécie (incluem-se quaisquer vantagens patrimoniais traduzidas em bens, serviços, prémios, etc...)

Independentemente

- Do local em que foram obtidos (tendo em conta o âmbito da sujeição do imposto – artº 15º CIRS – e o princípio da territorialidade – artº 18º CIRS)
- Da moeda e da forma que sejam auferidos (artº 1º nº 2 do CIRS)

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 39

39




Categoria A – artº 2º

Abrange os rendimentos obtidos no quadro de relações de trabalho subordinado ou em situações equivalentes:

- Remunerações auferidas no âmbito de:
 - Contrato de trabalho ou equivalente
 - Noção de contrato de trabalho (artº 10º do CTrabalho, Lei nº 99/2003 e artº 1152º do CCivil)
 - Contrato de prestação de serviços sob autoridade e direcção
 - Cargos públicos
 - Membros de órgãos estatutários (excepto ROC)
 - Pré-reforma, pré-aposentação ou reserva

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 40

40




1911

Categoria A – artº 2º

- Rendimentos sujeitos:
 - Ordenados, salários, vencimentos, pré-reforma, abonos de reserva
 - Gratificações, percentagens, comissões, participações
 - Subsídios (Subsídio de: férias, natal, estudo, residência, doença (uma parte), refeição (uma parte)), prémios e outros benefícios/regalias:
 - Senhas de presença
 - Multas ou emolumentos
 - Seguros e fundos de pensões
 - Abonos para falhas
 - Ajudas de custo
 - Indemnizações por cessação de contrato de trabalho
 - Comissões
 - *Stock-options*
 - Utilização pessoal de viatura de empresa
 - Aquisição de viatura de empresa
 - Gratificações não atribuídas pela entidade patronal
 - Remunerações auferidas: deputado do Parlamento Europeu

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 41

41




1911

Categoria A – artº 2º e 2º-A

- Rendimentos não sujeitos:
 - Subsídios de refeição - até 160% (caso em que é atribuído vales de refeição) do montante dos servidores do Estado
 - Lei n.º 114/2017, 29 de dezembro (artºs 20º n.º 1 e 195º n.º 1º), que actualizou o montante de subsídio de refeição para 4,77
 - Caso geral: € 4,77
 - Caso em que é atribuído vales de refeição: € 4,77 × 1,6 = € 7,63
 - Ajudas de custo - até ao montante dos servidores do Estado
 - Portaria n.º 1553-D/2008 31/12; artº 4º do Decreto-Lei n.º 137/2010 de 28/12 e artº 42º da Lei n.º 66-B/2012 de 31/12
 - Trabalhadores em geral → Portugal: € 50,20 e Estrangeiro: € 89,35
 - Membros de órgãos sociais e trabalhadores com funções e/ou remunerações não comparáveis às categorias dos funcionários públicos → Portugal: € 69,19 e Estrangeiro: € 100,24
 - Transporte em automóvel próprio → € 0,36 por km

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 42

42




Categoria A – artº 2º e 2º-A

- Rendimentos não sujeitos:
 - Abonos para falhas - até 5% da remuneração mensal fixa
 - Remuneração mensal fixa é igual a:
 - » (Remuneração mensal fixa sem diuturnidades × 14) ÷ 12
 - Abonos de família e prestações suplementares: subsídios de aleitação, casamento, funeral, nascimento que não excedam os limites legais estabelecidos
 - Portaria nº 511/2009 de 14 de Maio
 - Subsídio de desemprego
 - Subsídio de residência ou equivalente
 - Subsídio de doença - apenas na parte suportada pela Segurança Social
 - Indemnização por incapacidade temporária ou permanente derivado a acidentes de trabalho
 - Seguros e operações ramo vida (com condições: artº 2º nº 3 b) 3))

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 43

43



Categoria A – artº 2º e 2º-A

- Rendimentos não sujeitos:
 - Indemnização por cessação do contrato de trabalho
 - Limite

$$N^{\circ} \text{ anos} \times \frac{\text{Remunerações Regulares dos últimos 12 meses}}{12}$$
 - Exceções
 - » Nos 24 meses seguintes for criado novo vínculo profissional ou empresarial com a mesma entidade ou outra em que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo (ver ainda artº 2º nº 5 do CIRS)
 - » O sujeito passivo beneficiou de não tributação total ou parcial, nos últimos 5 anos, relativamente a importâncias recebidas por cessação do contrato individual de trabalho (ver ainda artº 2º nº 7 do CIRS)
 - Contribuições para regimes obrigatórios de Segurança Social
 - Realizações de utilidade social e lazer (Ticket-infância)
 - Passes sociais (só para trabalhadores) e despesas suportadas pela entidade patronal com seguros de saúde ou doença a favor dos trabalhadores e familiares desde que a atribuição seja de carácter geral

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 44

44



1911

Categoria A – artº 2º


Sujeitos a tributação desde que pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

45

45



1911

Categoria A – artº 2º e 2º-A – Exemplo

Um trabalhador recebeu, em 2019, uma indemnização pela cessação do contrato de trabalho individual, €20.000. Exerceu as funções durante 9 anos. Relativamente aos rendimentos, são conhecidos os seguintes elementos para uma base mensal:


- Rendimentos:
 - Ordenado: €1.500;
 - Diuturnidades: €75;
 - Subsídio de refeição: €4/dia.

Qual o montante que está sujeito a IRS, na categoria A, para a indemnização recebida pelo trabalhador?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

46

46



Rendimentos em espécie – artº 24º


hot issues

Rendimentos sujeitos (alguns):

- Viatura automóvel
 - Atribuição do uso pela entidade patronal
 - Rendimento anual = $0,75\% \times Vm \times Nmu$
 - Aquisição pelo trabalhador ou membro de órgão social
 - Rendimento anual = $Vm - (Sru + Ipa)$
 - Em que:
 - Vaq → Valor de aquisição ou de produção
 - Nmu → Número de meses de utilização
 - Vm → Valor de mercado = $Vaq - Vaq \times Cda$
 - Cda → Coeficiente de desvalorização anual acumulada aprovada por portaria (vide Portaria 383/2003 de 14 de maio)
 - Sru → Somatório dos rendimentos anuais pelo uso
 - Ipa → Importância paga a título de preço de aquisição

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 47

47



Rendimentos em espécie – Exemplo


Foi atribuído ao Sr. Fernando, trabalhador da empresa SON, SA, uma viatura nova em janeiro de 2016, adquirida por €24.000. Em setembro de 2019, a empresa SON, SA concedeu a opção de aquisição da viatura pelo Sr. Fernando, pagando a título de aquisição a importância de €8.000.

Pretende-se:

- Qual o rendimento, a título de utilização da viatura, para os anos de 2016 a 2019?
- Qual o rendimento, a título de aquisição da viatura, para o ano de 2019?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 48

48




Sujeitos passivos com deficiência – artº 56º-A

Os rendimentos brutos de cada uma das categorias A, B e H auferidos por sujeitos passivos com deficiência são considerados, para efeitos de IRS, apenas em:

- 85% para a categoria A e B
- 90% para a categoria H

A parte do rendimento excluída de tributação não pode exceder, por categoria de rendimentos, 2500 €


(CONCEITO “DEFICIÊNCIA”: artigo 87º nº5)



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

49

49



Categoria A – Deduções específicas - artº 25º a 27º

Trabalho dependente

2019

- € 4104 (caso geral) + € 249,40 (só para magistrados judiciais e do Ministério Público)
- 75% de 12 x IAS (€ 4275) se diferença for de:
 - Quotizações indispensáveis
 - Formação profissional
- Em qualquer dos casos, acresce:
 - Quotizações sindicais
 - Indemnizações à entidade patronal

2018 (IAS = € 475)

- € 4104 (caso geral) + € 249,40 (só para magistrados judiciais e do Ministério Público)
- 75% de 12 x IAS (€ 4275) se diferença for de:
 - Quotizações indispensáveis
 - Formação profissional
- Em qualquer dos casos, acresce:
 - Quotizações sindicais
 - Indemnizações à entidade patronal


ou

- Contribuições obrigatórias para a Segurança Social, consoante o que for superior

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

50

50



Quotizações sindicais – artº 25º nº 1 c)

Artigo 25º do CIRS

Rendimentos do trabalho dependente: deduções


1 - Aos rendimentos brutos da categoria A deduzem-se, até à sua concorrência, e por cada titular que os tenha auferido, os seguintes montantes:

c) As quotizações sindicais (QS), na parte em que não constituam contrapartida de benefícios de saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1% do rendimento bruto (RB) desta categoria, sendo acrescidas de 50%.

$$QS \text{ a deduzir} = \begin{cases} QS \text{ pagas} \times (1+50\%), & \text{se } QS \text{ pagas} \leq 1\% \times RB \\ 1\% \times RB \times (1+50\%), & \text{se } QS \text{ pagas} > 1\% \times RB \end{cases}$$

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 51

51



Orçamento de Estado para 2011


Artigo 98º da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro

Disposições transitórias no âmbito do IRS

1 — Até que o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, atinja o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor para o ano de 2010, mantém-se aplicável este último valor para efeito das indexações previstas nos artigos 12.º, 17.º-A, 25.º, 79.º, 83.º, 84.º e 87.º do Código do IRS.

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 52

52



Rendimento Líquido da Categoria A – Exemplo

O Sr. Eduardo, solteiro, é deficiente em 72%. Teve, em 2019, os seguintes rendimentos da categoria A e descontos


- Rendimentos:
 - Remunerações: €30.000
 - Subsídio de refeição*: €1.100
- Descontos:
 - Segurança Social: €3.300
 - Quotizações sindicais: €200

* referentes a 220 dias de trabalho

Qual o rendimento líquido da categoria A?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 53

53



Categoria A – Deduções específicas artº 25º a 27º


Situações especiais:

- Contribuições para regimes complementares de segurança social
 - Artº 26º CIRS e Artº 2º nº 3 b) nº 3 CIRS
 - Portaria 543/2000 de 4 de Agosto

Anos completos após a primeira entrega	Percentagem do capital (%)
Menos de 1	97
De 1 a menos de 2	94
De 2 a menos de 3	92
De 3 a menos de 4	89
De 4 a menos de 5	85
De 5 a menos de 6	81
De 6 a menos de 7	76
De 7 a menos de 8	71
De 8 a menos de 9	66
9 ou mais	60

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 54

54






Categoria A – Deduções específicas

artº 25º a 27º

Situações especiais:


- Profissões de desgaste rápido – Artº 27º CIRS
- São dedutíveis ao rendimento, e até à sua concorrência:
 - Importâncias despendidas na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida
 - » que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade
 - » desde que os mesmos não garantam o pagamento e este se não verifique, nomeadamente, por resgate ou adiantamento, de qualquer capital em dívida durante os primeiros cinco anos
 - » nos primeiros 5 anos aplica-se o artº 60º nº 2 CIRS
 - » com o limite de cinco vezes o valor do IAS
 - » $5 \times \text{€ } 428,90 = \text{€ } 2.144,50$



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 55

55




Categoria B – artº 3º e artº 4º

Inclui rendimentos de :

1. Atividades industriais, comerciais, agrícolas, silvícolas ou pecuárias
2. Trabalho independente em atividade de prestação de serviços
 - Incluindo as de carácter científico, artístico ou técnico
 - Qualquer que seja a sua natureza, ainda que conexas com atividades mencionadas no artº 3º nº 1 a) CIRS
3. Propriedade intelectual ou industrial ou prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, quando auferidos pelo titular originário
4. Subsídios/subvenções relacionados com tópicos 1 e 2
5. Atos isolados relacionados com tópicos 1 e 2
6. Indemnizações

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 56

56



Categoria B – artº 3º e artº 4º


- Quando obtidos no âmbito de actividades empresariais:
 - Rendimentos prediais
 - Rendimentos de capitais
 - Mais-valias

Estão excluídos da tributação os rendimentos de :

- Actividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, quando o valor dos proveitos ou das receitas, isoladamente, ou em cumulação com o valor dos rendimentos ilíquidos sujeitos, ainda que isentos, desta ou doutras categorias que devam ser ou tenham sido englobados, não exceda por agregado familiar 4,5 vezes o valor anual do IAS

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 57

57




Categoria B – artº 3º e artº 4º

“Os rendimentos referidos neste artigo ficam sujeitos a tributação desde o momento em que para efeitos de IVA seja obrigatória a emissão de factura ou documento equivalente ou, não sendo obrigatória a sua emissão, desde o momento do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 18.º do Código do IRC, sempre que o rendimento seja determinado com base na contabilidade”

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 58

58




Categoria B – artº 28º

Determinação do rendimento líquido da categoria

- Regime simplificado (nº 2 a 6), (avaliação indireta)
- Contabilidade organizada
- Ato isolado
- Tributação de acordo com regras da categoria A, (nº 8)
- Alojamento local → opção pela tributação de acordo com as regras da categoria F (nº 14)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 59

59




Categoria B – artº 28º

Regime simplificado

- Aplicável se no período de tributação anterior:
 - Máximo de € 200.000 de montante anual ilíquido de rendimentos
 - Não tenham optado pelo regime de contabilidade organizada
- Cessa:
 - Se o sujeito passivo comunicar, nos termos da alínea b) do nº 4 do artº 28º do CIRS, a alteração do regime pelo qual se encontra abrangido
 - Cessa se (com efeitos a partir do exercício seguinte):
 - limite ultrapassado 2 anos consecutivos, ou
 - limite ultrapassado em 1 ano, em mais de 25%

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 60

60



Categoria B – artº 31º

Regime simplificado


- O rendimento tributável resultará da aplicação de:
 - a) Vendas+PS em hotelaria e restauração e bebidas: 15% #
 - b) Rendimentos profissionais (151º): 75% *
 - c) Restantes prestações de serviços: 35% *
 - d) Royalties, Rend. Capitais + prediais + mais valias: 95%
 - e) Subsídios não destinados à exploração: 30% (após fracionamento/5)
 - f) Subsídios à exploração e outros rendimentos: 10% *

(#) com exceção de alojamento local

(*) podem ter redução 50% e 25% nos 2 primeiros anos atividade

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 61

61




Categoria B – artº 31º

Regime simplificado

1. g) 100% do Rendimentos se PS efetuada a:
 1. Sociedades abrangidas pela transparência fiscal
 2. Sociedades nas quais, durante mais de 183 dias:
 1. O SP detenha mínimo de 5% do capital
 2. O SP, o cônjuge (ou unido de facto) e os ascendentes e descendentes destes detenham em conjunto mínimo de 25% do capital
2. Dedução contribuições obrigatórias p/ segurança social (parte que exceda 10% do rendimento bruto), com condições (no n.º 13)
4. Rendimentos prediais líquidos positivos (artigo 41º)
12. Profissões de desgaste rápido (artigo 27º)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 62

62



Categoria B – artº 31º

Regime simplificado


13. Despesas e encargos efetivamente suportados: **b) + c) n.º1**

- ACRESCER ($SE > 0$): [15% R.BRUTO – ΣRUBRICAS SEGUINTEs]
- a) €4 104 [art.º 25º n.º1 a)]
- b) Despesas c/ pessoal
- c) Rendas de imóveis afetos à atividade empresarial/profissional *
- d) 1,5%/4% VPT imóveis afetos à atividade empresarial/profissional *
- e) Outras despesas relacionadas com atividade empresarial/profissional;*
- f) Importações/Aq.Intracomunitárias relacionadas com atividade empresarial/profissional

(*) 25% se parcialmente afetos à atividade

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 63

63




Categoria B – artº 32º e 33º

Contabilidade organizada

- Regras estabelecidas p/ IRC
- Encargos não dedutíveis p/ efeitos fiscais:
 1. Auto remunerações ou qualquer prestações remuneratórias
 2. Limitação do número de veículos
 5. Encargos com a utilização do imóvel para habitação
 6. Rateio despesas conjuntas com outros profissionais
 9. Importâncias pagas a contribuintes singulares ou coletivos residentes fora de Portugal e sujeitos a um regime fiscal mais favorável ou pagamentos em contas de instituições financeiras aí abertas
- ainda as questões da tributação autónoma (artº 73º adiante)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 64

64




Categoria B – artº 28º nº 8

Opção pela tributação com regras da categoria A

- Requisitos a cumprir cumulativamente:
 - Reunir condições para ser tributado pelo regime simplificado
 - Não tenha optado pela contabilidade organizada
 - Tenha prestado serviços a uma única entidade
 - Não prestar serviços a uma sociedade abrangida pelo regime de transparência fiscal

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 65

65



Categoria B – Exemplos

José, médico, registou prestações de serviços no valor de €50.000. Desse valor, €10.000 correspondem a serviços prestados a uma sociedade sujeita ao regime da transparência fiscal na qual detém uma participação de 50% do capital social. Essa sociedade apurou uma matéria coletável de €30.000.

Qual o rendimento líquido da categoria B?


João, arquiteto em regime liberal, registou prestações de serviços, no exercício económico de 2019, no valor de €25.000. Através dos dados da contabilidade constatou-se o seguinte:

• Deslocações e estadas:	€3.500;
• Água e eletricidade da habitação:	€5.000;
• Remuneração do filho menor:	€3.500;
• Segurança social do próprio:	€3.400;

Qual o rendimento líquido da categoria B?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 66

66



Categoria B – artº 28º

Atos isolados


- Artº 3º nº 2 h) e i), CIRS
- Artº 3º nº 3, CIRS
- Artº 30º, CIRS
 - Aplicação dos coeficientes para o RS, sempre que RB < 200.000 €
 - Se RB > 200.000 € → Contabilidade organizada

Aplicação de métodos indirectos

- Artº 39º do CIRS
- Artº 87º a 90º da LGT
- Artº 59º do CIRC

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 67

67




Benefícios Fiscais – artº 58º

Propriedade intelectual:

- Rendimentos provenientes da propriedade literária, artística e científica, incluindo rendimentos provenientes
 - da alienação de obras de arte de exemplar único
 - das obras de divulgação pedagógica e científica
 - Auferidos por titulares de direitos de autor ou conexos residentes em território português
 - Desde que sejam os titulares originários,
 - São considerados no englobamento apenas por 50% do seu valor, líquido de outros benefícios
 - Excluem-se os rendimentos provenientes de obras escritas sem carácter literário, artístico ou científico, obras de arquitectura e obras publicitárias
 - A importância a excluir do englobamento nos termos do n.º 1 não pode exceder os € 10.000

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 68

68




Benefícios Fiscais – artº 58º

Propriedade intelectual:

- Rendimentos provenientes da propriedade literária, artística e científica, incluindo rendimentos provenientes
 - da alienação de obras de arte de exemplar único
 - das obras de divulgação pedagógica e científica
 - Auferidos por titulares de direitos de autor ou conexos residentes em território português
 - Desde que sejam os titulares originários,
 - São considerados no englobamento apenas por 50% do seu valor, líquido de outros benefícios
 - Excluem-se os rendimentos provenientes de obras escritas sem carácter literário, artístico ou científico, obras de arquitectura e obras publicitárias
 - A importância a excluir do englobamento nos termos do n.º 1 não pode exceder os € 10.000

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 69

69




Benefícios Fiscais – artº 58º – Exemplo

Admita um sujeito passivo de IRS que esteja ao abrigo do artº 58º do EBF. Admita, ainda, que os rendimentos abrangidos pelo nº 1 do mesmo artigo são de €72.000.

Qual o rendimento líquido da categoria B?

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 70

70




Categoria E – artº 5º a 7º

Rendimentos considerados:

- Juros
 - Empréstimos
 - Depósitos
 - Suprimentos
- Juros e prémios amortização/reembolso de títulos de crédito (dívida pública, obrigações...)
- Lucros colocados à disposição dos sócios
- Rendimentos de fundos de investimento
- Propriedade intelectual/industrial titular não originário
- Seguros de vida
- Outros

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 71

71




Categoria E – artº 5º a 7º

Notas:

- Presunções relativas aos rendimentos de capitais
 - Letras e livranças
 - Mútuos e aberturas de crédito
 - Contas correntes dos sócios nas sociedades
- Momento da tributação, data de...:
 - Vencimento (ex.: juros)
 - Colocação à disposição (ex.: lucros)
 - Apuramento do respetivo quantitativo (ex.: royalties)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 72

72



Categoria E – Deduções Específicas

Notas:


- Presunções e contagens de juros – artº 40º

- Dupla tributação económica- artº 40º-A
 - Opção pelo englobamento de lucros – 50%
 - Requisitos para a entidade distribuidora do rendimento

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

73

73



Categoria F – artº 8º

Rendimentos prediais


- Principais tipos de rendimentos
 - Rendas de prédios rústicos e urbanos
 - Aluguer de equipamentos e bens móveis instalados num imóvel arrendado
 - Sublocação

- Tributação
 - Regras da categoria F SSE não exercida opção **B**

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

74

74




Categoria F – Deduções Específicas – artº 41º

Notas:

1. Despesas de manutenção e conservação com restrições
2. Despesas de condomínio
5. IMI e ISelo
6. Sublocação – não tem deduções
7. Obras de manutenção e conservação, suportadas nos 24 meses anteriores para garantir o arrendamento

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 75

75




Categoria G – artº 9º e 10º

Incrementos patrimoniais

- Mais-valias (não englobadas em outras categorias)
 - Alienação de bens imóveis
 - Ver condições de exclusão da tributação nos nºs 5 a 9
 - Alienação de partes sociais
 - Alienação de propriedade intelectual e industrial (pelo titular não originário)
- Indemnizações
 - Reparação de danos patrimoniais
 - Lucros cessantes
 - Obrigações de não concorrência
 - Renúncia onerosa a posições contratuais
- Acréscimos patrimoniais não justificados (LGT artº 87º-89ºA)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 76

76



Categoria G – Deduções Específicas – artº 43º

Cálculo das mais-valias

1 e 2. Saldo entre mais-valias e menos-valias

- Alienação de bens imóveis
- Royalties não originais
- Cessão de direitos sobre imóveis

} **Apenas em 50%**


$$+ / -valia = Vr - (Vaq \times Coef + Ev + Daq + Dal + Ind)$$

$$+ / -valia = Vr - (Vaq + Dal)$$

$$+ / -valia = Ir - Vaq$$

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 77

77



Categoria G – Deduções Específicas – artº 43º

Cálculo das mais-valias

3. Partes sociais em micro e pequenas empresas → Apenas em 50% do valor positivo

$$+ / -valia = Vr - (Vaq \times Coef + Daq + Dal)$$


$$+ / -valia = Vr - (Vaq + Daq + Dal)$$

5. Perdas originadas em paraísos fiscais → Não relevam

6. Datas de aquisição dos valores mobiliários

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 78

78




Categoria G – Deduções Específicas

Cálculo das mais-valias

- i. Valor de realização → artº 44º
- ii. Valor de aquisição → artº 45º-49º
- iii. Correção monetária → artº 50º
 - i. Ver Portaria 362/2019 de 9 de outubro
- iv. Despesas e encargos → artº 51º
 - i. Ver condições do nº 2
- v. Divergência de valores → artº 52º

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 79

79



Categoria G – Exemplo


O Sr. Belmiro Constâncio, sujeito passivo em sede de IRS, é proprietário de uma casa adquirida em 2008 por €75.000. Em dezembro de 2019, o Sr. Belmiro vende essa mesma casa pelo valor de €125.000. Todavia, o seu valor patrimonial é de €134.000. Admita ainda as seguintes informações:

- Despesas relativas à aquisição e à venda: €150
- Encargos com a valorização relativo a obras realizadas nos 5 anos anteriores à venda: €2.500
- O valor utilizado para amortização total do crédito à habitação contraído para aquisição da casa vendida: €25.600 (valor correspondente à dívida que faltava pagar)
- Aquisição de uma nova casa: €200.000

Qual o valor da mais-valia ou menos-valia e o tratamento fiscal a dar?

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 80


80



Categoria H – artº 11º

Rendimentos relativos a pensões


- Pensões de:
 - Aposentação
 - Reforma
 - Velhice
 - Invalidez
 - Sobrevivência
- Regimes complementares de Segurança Social
- Outras pensões ou subvenções
- Rendas temporárias ou vitalícias



© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

81

81



Categoria H – Deduções Específicas – artº 53º

Rendimentos de pensões

2017

- € 4104 se RB > € 4104
- Totalidade do RB se RB ≤ € 4104
- Em qualquer dos casos, acresce:
 - Quotizações sindicais
 - Contribuições obrigatórias sociais/saúde (parte excedente ao montante do nº 1)

2018

- € 4104 se RB > € 4104
- Totalidade do RB se RB ≤ € 4104
- Em qualquer dos casos, acresce:
 - Quotizações sindicais
 - Contribuições obrigatórias sociais/saúde (parte excedente ao montante do nº 1)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

82

82




Incidência real – delimitação negativa – artº 12º

Delimitação negativa de rendimentos (incidência real):

- Indemnizações situações de saúde
- Prémios literários, artísticos e científicos, s/ direitos de autor
- Rendimentos tributados em IRC
- Subsídios de ação social
- Bolsas p/ desportistas de alto rendimento e formação desportiva
- Prémios obtidos provas internacionais, oficialmente reconhecidas
- Incrementos patrimoniais de transmissões gratuitas sujeitas a ISelo

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 83

83




Incidência real – delimitação negativa – artº 12º-A

Delimitação negativa de rendimentos (incidência real):

- Excluídos de tributação 50% dos rendimentos do trabalho dependente e dos rendimentos empresariais e profissionais dos SPs que, tornando-se fiscalmente residentes nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artº 16º em 2019 e 2020
 - Não tenham sido considerados residentes em território português em qualquer dos três anos anteriores
 - Tenham sido residentes em território português antes de 31/12/2015
 - Tenham a sua situação tributária regularizada
- Não podem beneficiar os SPs que tenham solicitado o estatuto de residente não habitual

© *Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos* 84

84

 **Determinação do R. Coletável – Dedução de Perdas – artº 55º**


B
12 ANOS
R. SIMPLIFICADO

F
6 ANOS

G
5 ANOS

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 85

85

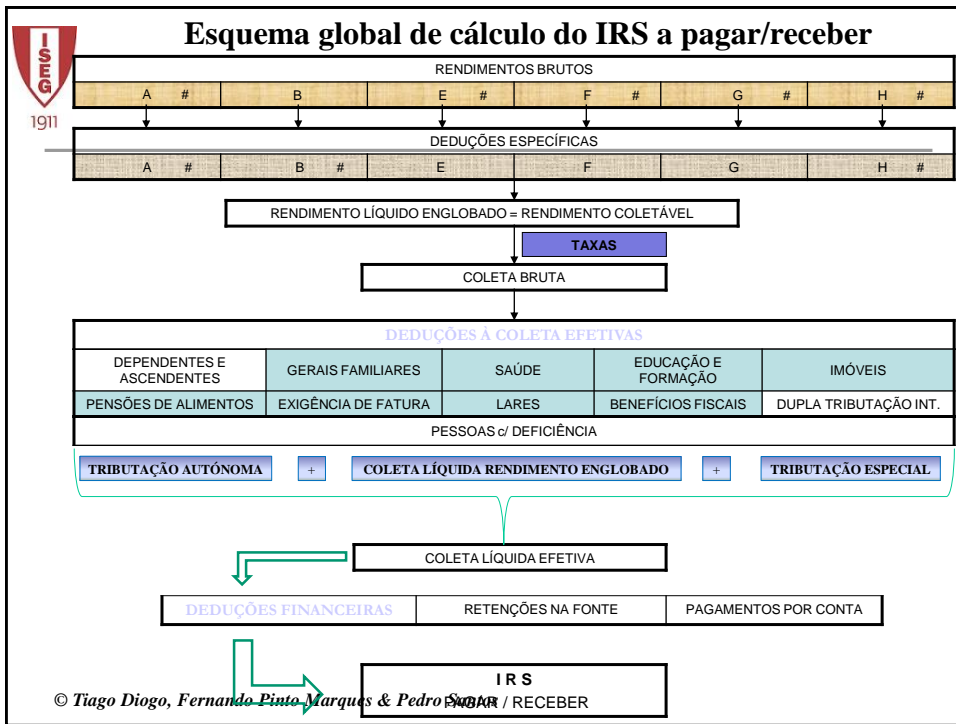
 **Determinação da Matéria Coletável**

Englobamento – artº 22º

1. Soma das várias categorias
3. Excluídos de englobamento
 - Rendimentos de SPs não residentes
 - Rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (artº 71º)
 - Rendimentos sujeitos a taxas especiais (artº 72º)
 - Opção pelo englobamento (Σ da mesma categoria)
4. Rendimentos isentos (determinação da taxa)
6. Crédito de impostos por DTI: valores ilíquidos (artº 81º)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 86

86



87

Taxas gerais do IRS – artº 68º

Rendimento coletável (€)	Continente		Madeira		Açores	
	Taxa (%)	Parcela a abater	Taxa (%)	Parcela a abater	Taxa (%)	Parcela a abater
Até 7.091	14,5	-	11,60	-	10,15	-
+ 7.091 a 10.700	23	602,74	20,70	645,28	17,25	503,46
+ 10.700 a 20.261	28,5	1.191,24	26,50	1.265,88	21,38	944,84
+ 20.261 a 25.000	35	2.508,20	33,75	2.734,80	28	2.287,13
+ 25.000 a 36.856	37	3.008,20	35,87	3.264,80	29,6	2.687,13
+ 36.856 a 80.640	45	5.956,68	44,95	6.611,33	36	5.045,91
+ 80.640	48	8.375,88	48,00	9.070,85	38,4	6.981,27

TAXA ADICIONAL:


- 2,5% / 5%
- artº 68º-A

MÍNIMO DE EXISTÊNCIA

- artº 70º

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

88



Opção pelo englobamento – Exemplo


O Sr. Artur, sujeito passivo em IRS, referente ao ano fiscal de 2019, declarou os seguintes rendimentos:

- Categoria A: €40.000
- Juros: €2.000
- Mais-valia de ações: €3.000

Determine, para o ano de 2019, se vale a pena fazer o englobamento dos rendimentos de capitais e mais-valias.

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 89

89



Rendimentos isentos com progressividade – Exemplo


O Sr. Fábio, sujeito passivo não casado, referente ao ano fiscal de 2019, declarou os seguintes rendimentos:

- Categoria A: €30.000
- Rendimentos isentos com progressividade: €20.000

Determine o valor da coleta bruta.

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 90

90



Taxas – Quociente Familiar – artº 69º


1. Casados e unidos de facto

- Tributação conjunta → OPCIONAL
 - Rendimento coletável ÷ 2
 - Aplicação das taxas do artº 68º
 - Resultado obtido × 2 = COLETA BRUTA
- Exemplo
 - Agregado familiar: 2SPs casados + 4 dependentes + 1 ascendente
 - Rendimento coletável global = 76.000 €

$$\text{Coleta Bruta} = \left[\frac{76.000\text{€}}{2} \times 45\% - 5.956,68\text{€} \right] \times 2 = 26.286,64\text{€}$$

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 91

91




Taxas liberatórias – artº 71º

Notas

- Residentes vs Não residentes
- Rendimentos de capitais → 28%
- Não residentes → Retenção definitiva de 25%
- Rendimentos de capitais com condições → 35%
- Opção pelo englobamento → (ver artº 22º)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 92

92




Taxas especiais – artº 72º

- Residentes vs Não residentes
- Mais-valias imóveis → 28%
- Mais-valias valores mobiliários → 28%
- Rendimentos prediais → 28%
- Não residentes → 28%/35%
- Gratificações não atribuídas pela entidade patronal → 10%
- Pensões de alimentos → 20%
- Atividades de elevado valor acrescentado por residentes não habituais → 20%
- Acréscimos patrimoniais não justificados > 100.000 € → 60%
- Rendimentos de capitais com condições → 35%
- Opção pelo englobamento → (ver artº 22º)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 93

93



Taxas tributação autónoma – artº 73º

Rendimentos da categoria B com Contabilidade Organizada

- Despesas não documentadas → 50%
- Despesas de representação → 10%
- Viaturas ligeiras de passageiros ou mistos + motos


nº3: Exceto quando objeto de atividade ou tributação na categoria A dos utilizadores

Valor de aquisição	Convencionais	Híbridas <i>plug-in</i>	GPL/GNV
< 20.000 €	10%	5%	7,5%
≥ 20.000 €	20%	10%	15%

- Despesas de paraísos fiscais → 35% (ver condições)
- Ajudas de custo e despesas com viatura própria do trabalhador → 5%
 - Não faturadas a clientes
 - Exceto excesso tributável (beneficiário)
 - SPs com prejuízo fiscal
- Não aplicável ao regime simplificado

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 94

94




Retenção na Fonte – artº 98º a 101º

- Categorias A/H: tabelas de retenção 2019
 - Despacho n.º 791-A/2019 de 18/01 (Continente)
 - Despacho n.º 1056/2019 de 30/01 (Açores)
 - Despacho n.º 37/2019 de 31/01 (Madeira)
 - Casado único titular sse SP tem mais de 95% do rendimento total
- Atividades elevado valor acrescentado → 20%
- Remunerações exclusivamente variáveis
- Categorias B/E/F
 - Taxas artº 101º
 - **11,5%; 16,5%; 20%; 25%;**

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

95

95



Esquema global de cálculo do IRS a pagar/receber

RENDIMENTOS BRUTOS					
A #	B #	E #	F #	G #	H #

↓

DEDUÇÕES ESPECÍFICAS					
A #	B #	E #	F #	G #	H #

↓

RENDIMENTO LÍQUIDO ENGLOBALADO = RENDIMENTO COLETÁVEL

↓

TAXAS

↓

COLETA BRUTA

↓

DEDUÇÕES À COLETA EFETIVAS				
DEPENDENTES E ASCENDENTES	GERAIS FAMILIARES	SAÚDE	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	IMÓVEIS
PENSÕES DE ALIMENTOS	EXIGÊNCIA DE FATURA	LARES	BENEFÍCIOS FISCAIS	DUPLA TRIBUTAÇÃO INT.

↓

TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA	+	COLETA LÍQUIDA RENDIMENTO ENGLOBALADO	+	TRIBUTAÇÃO ESPECIAL
---------------------	---	---------------------------------------	---	---------------------

↓

COLETA LÍQUIDA EFETIVA

↓


DEDUÇÕES FINANCEIRAS	RETENÇÕES NA FONTE	PAGAMENTOS POR CONTA
----------------------	--------------------	----------------------

↓

IRS
 PAGAR / RECEBER

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

96




Deduções à Coleta – artº 78º

3. Deduções Efetivas → **MÁXIMO = COLETA**

6. Comunicação obrigatória à AT dos documentos que suportem as deduções, c/ NIF dos membros do agregado familiar:


DESPESAS GERAIS FAMILIARES
SAÚDE E SEGUROS SAÚDE
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
IMÓVEIS
EXIGÊNCIA DE FATURA
LARES


}
⇒ PRÉ-PREENCHIMENTO

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

97

97



Deduções à Coleta – artº 78º

7. Limite agregado para algumas despesas → c) a h) e k)
 - i. 1º escalão – sem limite
 - ii. Último escalão – 1000 €
 - iii. Restantes escalões – ↓

Dependentes / Ascendentes	Gerais Familiares
Saúde	Educação e Formação
Imóveis	Pensões de Alimentos
Exigência de Fatura	Lares
Benefícios Fiscais	Dupla Tributação Internacional
Pessoas com Deficiência	


$$€1.000 + \left[(\€2.500 - €1.000) \times \frac{\€80.640 - RC}{\€80.640 - €7.091} \right]$$

8. Majoração de 5% por dependente do limite para agregados com mais de 3 dependentes
9. Valores considerados por 50% em casos de coexistência de dependentes ou ascendentes em agregados diferentes
11. Valores considerados por 50% em casos de tributação não conjunta

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos

98

98




Deduções à Coleta – artº 78º

- Deduções **FINANCEIRAS** → artº 78º nº 2
 - PAGAMENTOS POR CONTA
 - RETENÇÕES NA FONTE

EXCESSO DE DEDUÇÃO DÁ DIREITO A REEMBOLSO!!!

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 99

99



Deduções à Coleta – artº 78º nº 1 j)


- **CRÉDITO DE IMPOSTO POR DTI** → artº 81º
 1. MENOR DE 2 VALORES:
 - a) Imposto pago no estrangeiro
 - b) Fração da coleta de IRS correspondente ao rendimento auferido no estrangeiro

Crédito = IR pago no estrangeiro ≤ Convenção DT

$$\text{Fração Coleta IRS} = \frac{\text{IR pago no estrangeiro}}{\text{Rendimento líquido total englobado}} \times \underbrace{\text{Coleta IRS antes da dedução}}_{\text{Coleta Bruta} - \sum \text{deduções a) a i) do nº 1 do artº 78º}}$$
 - **Rendimento considerado pelo valor ilíquido (artº 22º nº 6)**
 - 3. Reporte por insuficiência de coleta → 5 anos
 - 4. Residentes não habituais → isenção com englobamento para efeitos de taxa (rendimentos da categoria A obtidos no estrangeiro)

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 100

100



Deduções à Coleta – artº 78º nº 1 j)

- **CRÉDITO DE IMPOSTO POR DTI** → artº 81º
 - Exemplo
 - Aulas no Canadá – 30.000 €; Imposto pago no estrangeiro – 6.000 €
 - Rendimento líquido total – 179.000 €; Coleta Bruta – 43.800 €
 - Deduções efetivas à coleta – 5.300 €


Crédito = 6.000 €

$$\text{Fração Coleta IRS} = \frac{30.000 \text{ €}}{179.000 \text{ €}} \times (43.800 \text{ €} - 5.300 \text{ €}) = 6.452,51 \text{ €}$$

– **Valor a deduzir à Coleta = 6.000 €**

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 101

101




Liquidação – artº 78º nº 1 j)

- Competência → artº 75º
- Procedimentos → artº 76º e 77º

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 102

102




1911

Obrigações

Declarativas (57°-63° + 112°-114° + 119°-127°)	Pagamento (97° - 111°)	Contabilísticas (115°-118°)
<ul style="list-style-type: none"> Declaração de rendimentos Início, alterações e cessação de atividade Informação contabilística e fiscal Comunicação de rendimentos e retenções Comunicação diversas 	<ul style="list-style-type: none"> Prazos de pagamento Pagamentos por conta (102°) $C \times \frac{RLB}{RLT} - R$ Pagamentos fora do prazo <p style="font-size: small; margin-top: 10px;">C = colecta do penúltimo ano, líquida das deduções a que se refere o n.º 1 do artigo 78.º, com excepção da dedução constante da alínea i);</p> <p style="font-size: small;">R = total das retenções efectuadas no penúltimo ano sobre os rendimentos da categoria B;</p> <p style="font-size: small;">RLB = rendimento líquido positivo do penúltimo ano da categoria B;</p> <p style="font-size: small;">RLT = rendimento líquido total do penúltimo ano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de recibos e faturas Livros de registo Contabilidade organizada Centralização, arquivo e escrituração

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 103

103



1911

Fiscalização e Garantias

- Entidades fiscalizadoras e dever de colaboração
- Reclamações e impugnações

© Tiago Diogo, Fernando Pinto Marques & Pedro Santos 104

104